

## **CAPÍTULO 6:**

### **Contribuições de um Programa de Extensão para a Formação da(o) Assistente Social na Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação para a não violência no contexto amazônico**

**Cristiane do Socorro Loureiro Lima;  
Verônica do Couto Abreu;  
Vera de Souza Paracampo**

## **Introdução**

Este capítulo teve como objetivo analisar as contribuições do Programa de Extensão “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Não Violência no Contexto Amazônico” da Universidade Federal do Pará (UFPA) para a formação e a construção das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da prática profissional do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da Polícia Civil, bem como na educação para não violência em espaços escolares na Região Metropolitana de Belém.

Ele destaca como questão norteadora da investigação: quais os significados sócio-históricos do Programa de Extensão Universitária “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação para a Não Violência no Contexto Amazônico” para a construção da identidade e da prática profissional dos(as) alunos(as) estagiários(as) e Assistentes Sociais na Segurança Pública?

Para a realização deste estudo, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa foi realizada mediante a consulta das documentações arquivadas na sala do Programa, tanto na forma impressa como digitalizada.

Utilizaram-se os relatórios produzidos pela coordenação do programa da UFPA que contêm os registros das ações e atividades realizadas pelo Programa. Fizeram-se necessárias também a contagem e a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) para apreender as temáticas discutidas pelos autores ao longo de 24 anos. Através do levantamento bibliográfico, foram identificados 167 TCCs; após a listagem completa, efetuou-se a leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, a fim de compreender as linhas de pesquisa e temáticas de estudo dos TCCs.

De acordo com os TCCs da graduação na Área da Segurança Pública, pelo Programa “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação para a Não Violência no Contexto Amazônico”, o estudo busca elucidar os temas das pesquisas que expressam a vivência de estágio nesses anos de existência do Programa.

## O caminhar histórico constitutivo de um Programa de Segurança Pública no curso de Serviço Social


As origens do Programa de Extensão Universitária “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação para a Não Violência no Contexto Amazônico” remontam ao ano de 1999, quando da realização do “Projeto Violência e Comportamento Ético nas Relações de Trabalho dos Policiais: as Representações Sociais e Questões de Cidadania na Área da Defesa Social”, que foi uma proposta de pesquisa com o objetivo de compreender as condições de vida e trabalho dos policiais civis no estado do Pará.

O pano de fundo da pesquisa deveu-se às mobilizações dos policiais civis paraenses em 1997, em torno de segurança e melhorias nas condições de trabalho para a categoria. Liderada pela Associação e Sindicato dos Delegados do Estado do Pará, tal mobilização ganhou intensidade após o assassinato do Delegado Mário Tadeu do Couto Abreu, que, em diligência na cidade de Tailândia, não portando o colete à prova de bala, foi alvejado por infratores que praticavam assalto no local.

Em 1998, as pesquisadoras autoras se propuseram a desenvolver um estudo voltado para o Policial, buscando organizar a pesquisa voltada para o levantamento de informações sobre as questões sociais e profissionais dos policiais civis da cidade de Belém. Após os trâmites formais e devidas autorizações, no ano seguinte, o início e o desenvolvimento da pesquisa contaram com a participação de um grupo de dez discentes do curso de Serviço Social da UFPA. O levantamento das informações e a coleta de dados foram realizados em um período de dois anos, de março de 1998 a março de 2000, na Delegacia Geral, com coleta e análise de 2.332 fichas cadastrais dos policiais civis do estado do Pará, além de entrevistas com os policiais.

Através deste estudo pioneiro em Belém e, especificamente na área acadêmica do Curso de Serviço Social da UFPA, foi possível fazer um levantamento das condições de vida e trabalho do profissional da Polícia Civil. Os resultados apontaram para uma categoria extremamente adoecida, com elevados índices de estresse, transtornos mentais, vítimas da violência institucional e também repassadores de uma conduta antiética no trato com a comunidade. Identificou-se que a medida mais realizada quando o policial apresentava algum problema era a transferência de unidade, ou seja, a demanda geralmente não era atendida, apenas desviada para o outro local.

Vale ressaltar que a elucidação dos resultados da pesquisa contribuiu significativamente para a elaboração e a implantação de uma política de valorização humana dos profissionais da Polícia, sendo criado um atendimento psicossocial na Polícia Civil, no ano de 2000, nomeado posteriormente como Divisão de Atendimento ao Servidor. Dessa forma, o Policial passou a poder ser atendido por uma equipe multiprofissional composta de Psicólogos e Assistentes Sociais, de modo a prestar atendimentos ao policial e a seus familiares, atuando pela garantia de direitos, promoção da qualidade de vida e das condições de trabalho aos profissionais policiais.



Nos anos iniciais das ações e atividades, o Projeto manteve a centralidade de suas pesquisas, das produções acadêmicas e científicas, voltadas para a abordagem da atividade do policial, violência institucional, saúde do profissional e sobre o abuso de autoridade.

Nota-se que, em função das novas parcerias e aberturas de novos campos de estágio e em consonância com temas pesquisados e debatidos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que o Projeto começa a inovar e expandir seus temas de pesquisas, transformando-se em Programa de Extensão em 2009. As produções começam a trazer a discussão das novas questões que se apresentam e são demandadas aos Assistentes Sociais.

Dessa forma, o Programa de Extensão Universitária “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação para a Não Violência no Contexto Amazônico” é desenvolvido na Faculdade de Serviço Social (FASS) da UFPA, idealizado, proposto e implementado pelas autoras deste artigo. Os locais de execução das ações do Programa situam-se dentro da Universidade e fora dela.


Na UFPA, eles ocorrem na Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento e em outros auditórios e locais apropriados para a exibição de filmes e a ministração de cursos de capacitação. Fora da instituição, acontecem na Delegacia Geral, nas Seccionais Urbanas da Região Metropolitana de Belém, nas Divisões Especializadas e nas Escolas públicas dessa região.

O Programa tem embasado suas ações extensionistas na fundamentação filosófica e teórica de pensadores(as) da violência e não violência, como Emmanuel Mounier, Emmanuel Levinas, Martin Buber, Paul Ricoeur, Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr, Leon Tolstoi, Rabindranath Tagore, Franz Rosenzweig, Hannah Arendt, Judith Butler, Marilena Chaui, Frantz Fanon, entre outros(as). Estes(as) autores(as), em suas específicas áreas do conhecimento, seja na Filosofia, Sociologia, Literatura, Antropologia, contribuíram significativamente para a discussão de assuntos centrados na importância do diálogo, da questão ética e da não violência. Segundo Iamamoto (2000, p. 20):

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

De modo geral, o público-alvo das atividades do programa são: Professores, Técnicos e alunos das Escolas Públicas da Região Metropolitana de Belém; alunos da Graduação dos Campos Belém e Abaetetuba e da Pós-Graduação da UFPA; os(as) Assistentes Sociais da Polícia Civil; a população atendida pelo Serviço Social da Polícia Civil; os Policiais Civis; bem como a comunidade em geral.

O programa tem dois eixos de atuação: um realizado em unidades da Polícia Civil do Estado do Pará e outro no contexto educacional, sendo eles respectivamente: o Projeto “Trabalho Social



e Política de Segurança Pública no Contexto Amazônico” e o outro “Imagens Para a Paz: Um Novo Olhar Ético no Campo da Educação”.


## O Projeto “Trabalho Social e Política de Segurança Pública no Contexto Amazônico”

Este é um Projeto integrante do Programa “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação para a Não Violência no Contexto Amazônico”, que situa-se no tripé Pesquisa (com um grupo de pesquisa registrado no CNPq e mediante a produção de TCCs, publicação de artigos científicos em revistas e participação em eventos, envolvimento dos professores, alunos e profissionais no projeto, além da participação em pesquisas nacionais); Ensino (estágio supervisionado em Serviço Social, assessoria teórico-metodológica aos supervisores de campo de estágio, acompanhamento de voluntários da Graduação e Pós-Graduação) e Extensão (usuários das Políticas Públicas de Segurança Pública atendidos nas Seccionais urbanas e Delegacias Especializadas).

É importante ressaltar que, através desse projeto, ocorre a inserção dos(as) discentes do Curso de Serviço Social que desejam realizar seu Estágio Curricular Obrigatório na área da Segurança Pública.

Nesse sentido, o público a quem se destina as ações do projeto são: os(as) estudantes do Estágio Supervisionado I, II e III, os(as) Assistentes Sociais (Supervisores de Campo), as populações atendidas pelo Serviço Social da Polícia Civil dos bairros onde localizam-se as Seccionais Urbanas e as Divisões Especializadas e os(as) Policiais Civis.

Esse espaço possibilita a experiência de diversos instrumentais técnico-operativos, tais como a “observação participante” e a “entrevista” nas Seccionais e Delegacias Especializadas, pois os(as) discentes observam e vivenciam concretamente o atendimento realizado pelo assistente social quando a população procura as Seccionais; “reconhecimento institucional” enquanto identificação das relações sociais que permeiam a organização, a estrutura de poder, burocracia e as relações interpessoais dos sujeitos que dão corpo à instituição — levantamento de dados estatísticos pelos(as) estagiários(as) e bolsistas de extensão vislumbra uma prática interventiva onde as oficinas, palestras e formações destinadas ao nosso público-alvo tenham um alcance real concreto de dificuldades, limitações, principais comportamentos e atitudes que precisam ser melhoradas e discutidas, além de mecanismos que auxiliem num processo de trabalho mais humano e ético-valorativo. “Visita Domiciliar”: quando se faz necessário, os(as) discentes acompanham o(a) assistente social na realização da visita; Elaboração de “estudos sociais” e “pareceres”, bem como participação em “reuniões” e encontros relativos ao trabalho do serviço social, bem como atendimento à população. Vale ressaltar que todas as ações são acompanhadas pelo(a) assistente social.



Sobre essa dimensão técnico-operativa sempre é oportuno que ela seja uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer. Os rumos e as estratégias de ação são estabelecidos a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a ação profissional. (Iamamoto, [2016]). E estão dentro de uma perspectiva da instrumentalidade do Serviço Social, que, lembrando Guerra (2000), é uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico.

No âmbito desse projeto, entende-se que, para compreensão, análise e intervenção na questão social na Amazônia, é necessário trabalhar a dimensão sociopolítica, territorial e institucional das relações de Estado e Sociedade através das diferentes políticas públicas que atingem de forma desigual e fragmentada a todos os seus habitantes.

A atividade acadêmica de estágio curricular obrigatório viabiliza um experienciar da prática profissional, com o acompanhamento e a troca de vivências entre profissionais e discentes no momento dos atendimentos à população em questões como conflitos familiares, vicinais, escolares, entre outras situações que apontam a presencialidade diária da população nos espaços de Segurança Pública aqui trabalhada na Polícia Civil e que não envolvam violência física.

As ações do Setor Social dentro das unidades policiais são realizadas por meio de diálogo, mediação de conflitos e utilização de instrumentais técnicos operativos do Serviço Social, com uma avaliação positiva para a diminuição da violência e suas expressividades no cotidiano familiar, comunitário e urbano. Isso porque os profissionais têm se empenhado em possibilitar o acesso à população aos serviços públicos que garantam sua integridade física, psicológica; e acesso às políticas públicas para atendimento de necessidades e vulnerabilidades da população atendida realizando encaminhamentos para a rede socioassistencial quando necessário.

## **O Projeto “Imagens Para a Paz: Um Novo Olhar Ético no Campo da Educação”**

O Projeto de “Imagens para Paz: Um Novo Olhar Ético no Campo da Educação” viabiliza uma relação de fortalecimento da produção de conhecimento, via extensão, pela participação efetiva da comunidade. A práxis investigativa/interventiva instrumentalizadora de uma postura ética reafirma o compromisso social da universidade com as demandas da sociedade. Essa atividade acadêmica envolvendo educadores de escolas da Região Metropolitana de Belém, promove a extensão no momento de trocas de vivência por meio de formação oferecida às escolas.

O projeto inicialmente chamado de “Peregrinos da Paz” foi implementado com cursos e oficinas voltadas para capacitar os bolsistas de extensão a atuarem nas escolas introduzindo o processo de cultura de paz que envolve mudança de valores, resolução não violenta de conflitos, so-



cialização e mudança de padrões de comportamento visando uma ação orientada pelos princípios da não violência entre os alunos.

Por outro lado, são disponibilizadas atividades objetivando alcançar a comunidade acadêmica da UFPA e a comunidade em geral, favorecendo trocas de conhecimentos, prevenção da violência e olhares mais comprometidos às manifestações de empatia com o outro, visando contribuir para a prevenção e a implementação de uma cultura de não violência.

As atividades no Projeto alcançam professores e técnicos das Escolas da Rede Municipal e Estadual de Belém por meio de encontros, rodas de conversas, minicursos sobre temáticas voltadas para o diálogo, ética e não violência, por meio de um processo de formação continuada, e possibilita a ampliação do conhecimento e a intervenção por meio da formação de uma cultura de não violência no ambiente escolar.

O Projeto tem um viés preventivo da violência, atua no tocante às violências simbólicas ou psicológicas que, segundo Bernard Charlot *apud* Abramovay e Rua (2002, p. 69), “são caracterizadas pela rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, palavras grosseiras, desrespeito e punições exageradas”, violências que figuram dentro daquilo que se denomina como incivilidades, uma das principais demandas junto às coordenações pedagógicas e/ou direção da escola na busca por resolução dos conflitos e situações de violência que devem ser tratadas pelo corpo técnico da escola com conhecimento e intervenções adequadas.


Dessa feita, o projeto prioriza ações que visem à formação profissional cidadã, bem como contribuir para a prevenção da violência e implementação de valores humanitários e empáticos sob estratégias de mecanismos educacionais e culturais de uma sociedade democrática e inclusiva.

## O campo de estágio supervisionado e sua produção teórica

O estágio configura-se como uma atividade de fundamental importância para o processo de formação profissional de todo(a) aluno(a). O período de estágio deve ser compreendido como um momento propiciador de grandes vivências, novas descobertas e novas experiências para a vida profissional dos estudantes. É o momento favorável para a troca de saberes entre o(a) estudante que traz novidades da academia, e o(a) Supervisor(a) de Campo, que, na maioria das vezes, possui uma vasta experiência profissional.

Os(as) estagiários(as) ingressam na Instituição visando à possibilidade de exercer a disciplina obrigatória, para adquirir conhecimentos práticos necessários para a aplicação do conteúdo teórico aprendido ao longo do curso.

[...] o aluno chega ao estágio com determinadas concepções em relação ao Serviço Social, ao assistente social, ao usuário do Serviço Social, à instituição, à realidade



etc., em parte fruto do que lhe foi ministrado sobre estes conteúdos, e, em parte, pelas suas próprias representações da realidade social e da profissão. Com o transcorrer do processo, estas observações, de prática, de novos conhecimentos etc., vai conduzindo o estagiário à maturação e a concepções próprias, porém não deslocadas das demais referências (Buriolla, 2009, p. 59).

É nesse contexto que os(as) discentes têm o conhecimento das demandas atendidas pelo Serviço Social na Instituição, mantêm contato direto com os usuários, bem como se familiarizam com a práxis do Assistente Social nas Seccionais e Divisões.

Pode-se configurar como objetivos do processo de Estágio Supervisionado a observação da prática profissional do(a) Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais para adquirir conhecimentos, desenvolver as atividades correlatas ao Serviço Social e contribuir para um bom atendimento dos usuários.

O local e as vivências no estágio mostram-se como momento favorável para as inquietações e indagações dos alunos que poderão culminar com a escolha da problemática de estudo do TCC.

Dentre as Delegacias, Seccionais Urbanas e Delegacias Especializadas, o Serviço Social está composto por 56 assistentes sociais, que, além de prestarem atendimentos à população que busca resolução de conflitos nas unidades da polícia, utilizam outros instrumentos técnico-operativo do Serviço Social a fim de prover os usuários de um atendimento de qualidade, inserindo-os em busca da cidadania e direitos sociais, dentre os quais a mediação de conflitos em situações de menor potencial agressivo, a fim de prevenir a um escalonamento da violência, evitando que desentendimentos se transformem em gatilhos para a prática da violência ou cometimento de crimes.

Na sua maioria, as(os) estagiárias(os) que vivenciam esse campo de atuação escrevem e problematizam suas vivências nos TCCs, que, por sua vez, representam o processo de formação e fundamentação teórico-metodológica da atuação dos profissionais de Serviço Social. Particularmente, o Programa oferece uma contribuição significativa como suporte técnico-científico à prática profissional, com impactos imediatos na trajetória e na construção histórica do espaço sócio-ocupacional da Polícia Civil.

A equipe de professores vinculados ao Programa busca fornecer um referencial teórico-prático e metodológico para o desenvolvimento dos estágios supervisionados nas diferentes frentes de trabalho nas delegacias. O estudo mostra a significativa produção científica resultante da Orientação e da Supervisão de estágio no Serviço Social, assegurando uma efetiva formação dos assistentes social neste campo de atuação.

Com sua primeira defesa de TCC — que o programa realizou no ano de 2000 até o ano de 2024 —, foram diversos temas produzidos em 167 TCCs defendidos. Tendo em vista a variação de temas produzidos, o gráfico foi agrupado por meio de categorias temáticas para melhor análise.

De acordo com o total de trabalhos produzidos, foi identificado que a temática de TCC de maior publicação se refere às práticas profissionais do/da Assistente Social, logo em seguida os trabalhos abordando a temática da violência doméstica e violência comunitária, bem como temas de



abandono de idosos, acompanhamento de medidas socioeducativas, escuta especializada, violência policial, entre outros.

A prática do assistente social destaca-se como uma categoria analítica que busca visualizar como o Serviço Social intervém na questão social. Mostra a consciência crítica que busca romper com a alienação social, fortalecendo a luta pela transformação social, refletindo a ação profissional frente as contradições da vida social, do cotidiano dos conflitos de classes. E ainda:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 77).

A prática profissional do Serviço Social tem na questão social e nas desigualdades sociais resultantes das contradições capital-trabalho seu fundamento básico. Os(as) assistentes sociais que trabalham no campo da Polícia Civil atuam em múltiplas expressões e conflitos que envolvem os sujeitos sociais. As relações contraditórias da atividade policial fazem parte do cotidiano e do agir profissional.

A violência policial também é um fenômeno investigado pelos TCCs. O Policial Civil sofre e pratica a violência de forma intencional ou não, o que resulta em agressões físicas, morais e psicológicas, que podem estar relacionadas a estresse e até a transtornos mentais oriundos ou potencializados pela própria atividade profissional.

Observa-se que na intervenção do assistente social existem demandas tradicionais e novas, resultantes das transformações societárias, em consonância com a expansão do mercado de trabalho, considerando as exigências do projeto ético-político da profissão, que estabelece o compromisso com a emancipação e a autonomia dos sujeitos.


Podem-se destacar os temas sociojurídicos em diferentes segmentos sociais — crianças, jovens, idosos(as), LGBTQIAPN+<sup>1</sup>, entre outros —, dentro do marco da garantia de direitos dos(as) cidadãos(as). Isso mostra a importância da ampliação da capacitação do Assistente Social, que introduz novas formas de responder às contradições da prática profissional.

É importante ressaltar o avanço do Serviço Social diante das novas demandas no campo da Segurança Pública com estratégias voltadas para defesa da paz, garantia de direitos e cidadania na sociedade. O agir profissional está voltado para as contradições que envolvem os dilemas das violências. De acordo com Muller (2007, p. 12):

Através do par violência/contra violência, a luta contra a violência é conduzida pela oposição frontal aos seus efeitos mecânicos. Trata-se de um choque de duas forças físicas da mesma natureza. Para vencer a violência, é então necessário implementar uma violência maior. É claro que, no imediato, a contra violência pode conseguir destruir a mola da violência contrária e fazer-nos acreditar que obtivemos uma vitória.

<sup>1</sup> A sigla LGBTQIAPN+ representa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não binárias.





Para a autora, é preciso agir nos processos que configuram os ascendentes da violência na história, buscando acabar com a lógica dessa violência, quebrar a cadeia de ações violentas através de mecanismos de maior força contrária.

Nesse sentido, as ações de não violência que são desenvolvidas pelo Programa “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Não Violência no Contexto Amazônico” se desenvolvem também no caráter preventivo com procedimentos de ordem socioeducacional nos atendimentos diretos, encaminhamentos às redes de serviços e orientações.


## Considerações finais

Observa-se que o Programa “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação para a Não Violência no Contexto Amazônico” da UFPA vem contribuindo para a formação dos profissionais de Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da Polícia Civil, para os debates teóricos no campo da Segurança Pública e Educação para a não violência. Por outro lado, ele vem desvendando as contradições da prática profissional, mostrando os espaços para os avanços na intervenção e na investigação, ou seja, vale confirmar, por mais que seja um programa de extensão, as atividades e os produtos desenvolvidos pelo programa, estão, em larga escala, na pesquisa. Melhor dizendo: a pesquisa também faz parte fundante da produção de conhecimento. Mantém-se um grupo de pesquisa na plataforma CNPq com o intuito de contribuir com discussões e reflexões nas políticas de Segurança Pública, Direitos humanos e Educação.

Em decorrência da intervenção realizada através das ações do Programa, ele tem apresentando como resultados a resolução de situações conflituosas que são apresentadas pela população que vai em busca de atendimento nas referidas instituições, bem como a possibilidade de acesso a um atendimento ético, dialógico e promovendo o resgate de valores da pessoa humana. Dessa maneira, põe-se como prioridades as atividades dos projetos que promovam uma cultura de paz e não violência no dia a dia das instituições policiais e nos ambientes escolares.

Prevenir a violência urbana, identificar e trabalhar com suas diversas manifestações e expressões dependem de um arcabouço de interesses e vontade política do conjunto de assistentes sociais, somados, é claro, a fatores externos, como uma política de segurança pública aliada a outras políticas sociais que assegurem os direitos sociais das pessoas usufruírem plenamente de um estado democrático.

Inserido nesse contexto, o Programa “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Não Violência no Contexto Amazônico” inicia uma tarefa promissora e profissional no sentido de promover o debate sobre a segurança como um direito, viabilizar políticas como resposta às demandas de violência e implementar seu projeto ético-político como forma de projetos societários e emancipatórios permanentes de enfrentamento da violência, na criação, dis-



cussão e colaboração de políticas de segurança pública que responda demandas sociais e viabilize direitos dos(as) cidadãos(ãs).

Ao longo de 25 anos de existência, o Programa demonstrou a seriedade e o compromisso de seus professores(as), colaboradores(as), profissionais de campo e alunos(as) na promoção de uma formação acadêmica e técnica fundamentada no compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão. Nesse período, foram desenvolvidas inúmeras ações — acadêmicas, socioeducativas, de prestação de serviços, entre outras — que possibilitaram a construção de respostas concretas aos conflitos e contradições da violência/não-violência nos processos sociais. Essas iniciativas foram amparadas por debates teóricos e práticas concretas no interior das instituições policiais e educacionais, sempre com a perspectiva de, por meio da pesquisa e da extensão, contribuir para o fortalecimento das políticas de Segurança Pública, promovendo os direitos humanos e a educação para a não violência.

Os resultados revelam a importância do trabalho social nos espaços das Delegacias, Seccionais e Divisões de Atendimento a Vulneráveis, pois, ao intervir nas circunstâncias de vulnerabilidade e risco social, permite o acesso e o desenvolvimento de formas de enfrentamento da violência.

Os encaminhamentos reforçam a assistência interdisciplinar e intersetorial às pessoas que estão em situação de violência e crime, tanto às vítimas quanto aos agressores, o que estimula uma política eficiente de combate, prevenção e articulação em rede, de forma a garantir a atenção integral e impedir a revitimização das pessoas em situação de violência.

Nesses termos, identificar e fortalecer os recursos disponíveis aos usuários da Política de Segurança Pública permite prevenir a violação dos direitos humanos, em especial no que se refere aos grupos vulneráveis.

O Programa como processo educativo, cultural e científico viabiliza uma relação de fortalecimento da produção de conhecimento, via extensão, pela participação efetiva da comunidade.


A práxis investigativa/interventiva instrumentalizadora de uma postura ética reafirma o compromisso social da universidade com as demandas da sociedade. A atividade acadêmica de estágio curricular obrigatório viabiliza a extensão no momento da experiência da prática profissional.

A partir da concepção de universidade cidadã, busca-se viabilizar teórica e tecnicamente, instrumentos de superação das expressões da questão social, demandadas para o Serviço Social, contribuindo para a emancipação social.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002. Doações Institucionais.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



GUERRA, Y. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social**. São Paulo: Ano XXI, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. ABEPSS, [2016]. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MULLER, J.-M. **O princípio da não-violência**: uma trajetória filosófica. Tradução de Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Programa de Extensão Universitária “Serviço Social no Campo da Segurança Pública, Direitos Humanos e Educação para a Não Violência no Contexto Amazônico”. **Relatório**. Belém: UFPA, 2024.